

SOCIEDADE CIVIL, UMA CONSTRUÇÃO CONTEXTUALIZADA NA SOCIEDADE E SITUAÇÃO POLÍTICA: O CASO DE MOÇAMBIQUE

CIVIL SOCIETY, A CONSTRUCTION CONTEXTUALIZED IN SOCIETY AND POLITICAL SITUATION: THE CASE OF MOZAMBIQUE

Tanja Kleibl

Universidade Católica de Moçambique
tanjakleibl@gmx.de

Gaudêncio Material

Universidade Católica de Moçambique
gmaterial@ucm.ac.mz

Rude Matinada

Universidade Católica de Moçambique
rmatinada@ucm.ac.mz

Ronaldo Munck

Universidade da Cidade de Dublin

José Piletiche

Universidade Católica de Moçambique
jpletiche@ucm.ac.mz

Resumo

Este artigo é dedicado ao tema sociedade civil. O artigo debate uma construção da sociedade civil contextualizada a sociedade e situação política. O caso de Moçambique tem como objectivo construir um conceito mais complexo de sociedade civil numa perspectiva do hemisfério sul, de um país em desenvolvimento como Moçambique¹. O trabalho foi desenvolvido na base de uma pesquisa qualitativa sob a questão fundamental: O que acha da sociedade civil? Para responder a esta questão, foi elaborado um guião de entrevista intensiva. Além de entrevistas individuais, houve sete sessões com diferentes grupos focais em diferentes locais do distrito de Inhassunge, na província da Zambézia. A observação directa também foi usada neste estudo como técnica de recolha de dados. Procuramos problematizar o discurso e práticas dominantes em torno da sociedade civil numa perspectiva do hemisfério sul. Examinamos de forma crítica o modo pelo qual o conceito de sociedade civil tem sido utilizado no discurso sobre desenvolvimento. Isto realça a sua epistemologia e perspectivas altamente normativas e centradas nos países do norte. De igual modo nos parece ser altamente restritivo num contexto do hemisfério sul, na medida em que faz transparecer muito a

¹ A maior parte da pesquisa no distrito de Inhassunge, província da Zambézia-Moçambique, foi realizada por uma equipa de oito pesquisadores, envolvendo pesquisadores da Universidade Católica de Moçambique (UCM).

interacção social das bases considerada "incivil" e, portanto, fora do âmbito da sociedade civil (Ilal, Kleibl, Munck, 2014). Com base na codificação e categorização, fez-se o cruzamento dos dados que resultou numa conclusão de construção de conceito de sociedade civil inclusivo, ou seja, que sociedade civil somos "todos nós".

Palavras-chave: Sociedade civil, participação, governação local

Abstract

This article is dedicated to the theme of civil society. It debates the contextualized construction of civil society as part of society, embedded into a particular political context. Generally, the country case study Mozambique aims to construct a more complex civil society concept from a Southern, Mozambican perspective. The project was designed as a qualitative research project, concerned with the following fundamental question: What do you think about civil society? In order to respond to this question intensive interview guidelines have been developed. In addition to individual interviews, seven group interviews involving various social focus groups from different localities of Inhassunge district have been conducted. Direct observation has also been used to complement the analysis of data. This paper seeks to problematize the dominant discourse and practice around civil society from a Southern perspective. We first critically examine the way in which the concept of civil society has been deployed in development discourse. This highlights its highly normative and North-centric epistemology and perspectives. We also find it to be highly restrictive in a Southern context insofar as it reads out much of the grassroots social interaction deemed 'uncivil' and thus not part of civil society (Ilal, Kleibl, Munck, 2014). Based on coding and categorization, as well as constant comparison of data, first conceptual conclusions about a more localized concept of civil society in Mozambique can be made. This concept is inclusive it involves 'all of us' – using the words many research participants directly expressed.

Keywords: Civil Society, participation, local governance

Introdução

A província da Zambézia, é uma província do centro de Moçambique que em tempos teve uma grande contribuição no sector de agricultura, tendo atraído desde o tempo colonial e alguns anos após a independência, grande investimento de empresas privadas, e já chegou de ter o estatuto do maior palmar de Moçambique e do mundo. O palmar já foi no passado a principal fonte de renda das famílias na baixa Zambézia e no distrito de Inhassunge, em particular, e a sua morte contribui para que a população de Inhassunge ficasse num nível de pobreza extrema e sem soluções à vista para os seus problemas básicos. No mesmo distrito há também projectos da natureza económica de nível nacional e internacional, como é o caso de investimento chines-moçambicano direccionado a areias pesadas na zona de Olinda.

Um dos grandes problemas que afecta e enfraquece a ideia de sociedade civil em países em via de desenvolvimento é a maneira como são geridos e direccionados os investimentos públicos e privados. Desde 2000 foi iniciado um conjunto de projectos de investimentos privados controversos na província, na sua maioria no mercado da madeiras ou de areias pesadas, e frequentemente liderados por companhas chinesas, embora Hanlon e Norfolk (2012) indicam que existem também investidores europeias. Assim sendo, o governo vem enfrentando uma série de conflitos com as populações devido ao problema dos

reassentamentos, atendendo que para viabilizar os investimentos, parte das terras das populações são entregues a esses investidores estrangeiros. Nesse contexto, é aí onde se espera a grande acção da sociedade civil em solidariedade para e com a população.

Partindo desta visão, começamos a questionar se existem movimentos organizados, estruturados e como forças capazes de defender, em diferentes esferas da tomada de decisão, os interesses dos cidadãos e que os cidadãos se sintam representados por eles. Com base nas respostas, o estudo procurou construir um conceito de sociedade civil ligado ao contexto de um país em desenvolvimento com alto crescimento económico mas insuficientes sucessos no combate a pobreza. Deve-se ainda sublinhar que as organizações da sociedade civil em Moçambique, em particular na Província de Zambézia, são geralmente vistas com fraca capacidade técnica como também para mobilização social, com uma tendência de ser instrumentalizada por interesses económicos e políticos e com um funcionamento geral de cima para baixo, então com uma falta de participação cívica e socio-activismo activo na base.

Um estudo do contexto social, político e económico da província da Zambézia, realizado em 2013 e ainda não publicado, afirmou que a maioria dos intelectuais da província da Zambézia transmitem a ideia de que a província está em um processo contínuo de atraso que se reflecte na degradação física da sua capital, a Cidade de Quelimane, a continuação de atribuições estranhas para as pessoas locais e uma academia local letárgica. O documento também concluiu que a ideia de província “parada no tempo” foi repetida por outras pessoas que foram entrevistadas ao longo desse estudo. O autor acrescentou que isso, independentemente de ser realidade ou mito, constituiu uma forte percepção na consciência colectiva das pessoas na Zambézia e um elemento central do discurso político de diferentes grupos (Macuane, Mugalla, Langa & Sibia, 2013).

Contextualização teórica

A concepção dominante de sociedade civil é eurocêntrica, parte de uma visão neoliberal do mundo, e minimiza seriamente o contexto do colonialismo (Munck 2004).

Na verdade, com as novas dinâmicas sociais, a Declaração de Direitos Humanos e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, o mundo entra num novo paradigma procurando desfazer-se da ideia do colonialismo, uma vez que tal como Samora Machel referenciara não existe colonialismo democrático, nem colonialismo humano. Com efeito, este novo paradigma de sociedade civil procura criar forças para defender interesses populares, tendo em conta os direitos fundamentais do homem. Actualmente o Neoliberalismo é visto como uma forma de colonialismo económico.

A definição de sociedade civil do Banco Mundial faz parte integrante do Consenso de Washington e está imbuída de uma noção que o papel do Estado tem de ser "reduzido" e que a sociedade civil tem de agir como "fiscalizador" (watchdog) desse Estado (vide Weiss 2000). O anterior conceito de um Estado desenvolvimentista e uma estratégia de desenvolvimento nacional foram rejeitados a favor de uma visão do mercado, sempre benigno e auto-suficiente, para promover o desenvolvimento em algumas versões, o

conceito de sociedade civil foi reduzido ao das organizações não-governamentais (ONGs) internacionais ignorando o facto de que estas terem sido muito frequentemente financiadas pelo Estado e certamente não estavam "abaixo" do Estado africano com o qual se relacionavam.

A sociedade civil é, por conseguinte, truncada em termos conceptuais e subordinada muito abertamente às políticas dos governos estrangeiros e entidades internacionais que procuram impor as suas políticas em África a partir da década de 1990. Perde assim o seu sentido como um domínio da actividade sociopolítica e fica subordinada a uma agenda política externa (obviamente com os seus apoiantes locais) e um modo liberal da política onde o consenso é assumido e o conflito é considerado estar fora do domínio da sociedade civil civilizada (vide Munck 2004).

As ONGs, de acordo com alguns analistas críticos, podem ser consideradas como continuções modernas da missão civilizadora dos missionários coloniais (ver Chandhoke 2005, Adam 1997). Ambos sabiam a verdade e trouxeram esclarecimentos. Sejam quais forem as nossas posições, devemos reconhecer que, em África, o passado colonial está muito presente, quer em termos de padrões de posse da terra, formações políticas ou relações sociais. Assim, podemos seguir a lógica de Mammo Muchie que argumenta uma reapropriação e redefinição africana do Estado, da sociedade civil e da ligação ao mercado para o continente. Nem os termos nem o seu relacionamento podem ser impostos de fora, e devem ser criados necessariamente em termos de história, cultura e tradições africanas. Em suma, de acordo com Muchie "a sociedade civil como um conceito tem de ser emancipada antes de se poder criar uma cooperação regional, estabilidade, segurança e paz africanas" (Muchie 2002, p. 56).

Embora rejeitemos uma noção de sociedade civil imposta numa forma universalmente prescritiva vemos, obviamente, o valor de um verdadeiro diálogo com a sociedade civil em diferentes países, assim como num contexto regional e transnacional (Ilal, Kleibl, Munck, 2014). Em particular o papel e a capacidade mobilizadora e emancipatória das congregações e lideranças religiosas desenvolvem uma nova dinâmica, conforme demonstram os nossos estudos de caso no distrito de Inhassunge, província de Zambézia, e distrito de Eráti, província de Nampula.

No entanto, o conceito dominante da sociedade civil baseia-se essencialmente em valores europeus, apesar de deixar aberto um campo de debate de ideias para solução de problemas de forma universal, constituindo-se assim uma esfera pública de racionalidade comunicativa (Habermas, 1984). A fragilidade deste conceito reside no facto de muitos países, particularmente os em desenvolvimento, viverem uma realidade diferente a qual se encontra distante do referido conceito de sociedade civil.

“... o mundo, tal como é, não funciona bem para a maioria dos seus habitantes, particularmente em África: no seu todo, não é imparcial, nem justo, equitativo, seguro e sustentável. Nós sugerimos que programas de intervenções ocidentais – através de iniciativas de fortalecimento do estado e sociedade civil – jogam algum papel na produção e perpetuação desta situação, embora seja de modo mais

matizada e complexa do que algumas críticas do ‘imperialismo ocidental’ ou ‘neocolonialismo’ poderiam fazer-nos acreditar”. (tradução dos autores)

(Death, C. e Gabay, C. 2015, p. 6)

Death e Gabay vêm, portanto, reforçar a ideia do carácter exclusivista do conceito eurocêntrico de sociedade civil, já que em África o próprio contexto político e social cria uma distância em relação à existência de um espaço público enquanto sociedade civil como rigorosamente se percebe no ocidente. Há outros autores ainda (Kasfir, 1998; Chandhoke, 2000; Hearn, 2001; Muchie, 2002; Necosmos, 2009; Zinecker, 2011), que sublinham essa aparente ineficiência do conceito da sociedade, construído no contexto da cultura europeia, para África. Para fazer a ruptura epistemológica da concepção dominante de Sociedade Civil para uma realidade mais sintonizada das classes subalternas no Sul, um ponto de partida obrigatório é o trabalho de Antonio Gramsci: embora mais frequentemente referido como um modelo para as sociedades ocidentais avançadas, ele na realidade escreveu sempre de uma perspectiva do Sul, ou seja, o Mezzogiorno italiano (Ilal, Kleibl, Munck, 2014).

Embora os conceitos de Gramsci estejam frequentemente dissimulados na análise do concreto de *Prison Notebooks* (vide Buttigieg 1995) podem inferir-se alguns pontos gerais. Gramsci distinguiu dois níveis de super-estrutura, o Estado ou sociedade política e a "sociedade civil" que ele considerou como o conjunto de instituições "privadas", como os sindicatos, as igrejas e o sistema educativo que asseguravam aprovação popular para o Estado. Mas também é, para Gramsci, a arena em que as classes subalternas forjam alianças sociais e começam a articular projectos hegemónicos alternativos (Kleibl, Ilal, Munck, 2014).

No entanto há académicos moçambicanos como Carlos Nuno Castel-Branco que chamam atenção no concernente ao eurocentrismo e a globalização financeira, provocando um debate interno dentro da sociedade civil e política de Moçambique:

“Por favor, não esqueçam que nós somos parte do mesmo combate fundamental contra o neoliberalismo económico e sua dominância financeira, contra a repressão política e eliminação de direitos de protesto, greve, contestação e escolha de alternativas reais, e do combate pela definição do que são ou podem ser alternativas reais. O ataque dos Tories aos direitos dos trabalhadores na Reino Unido e na Europa, o ataque da Tróica a Grécia e Portugal, o ataque do estado sul-africano e capital mineiro e o assassinato de mineiros, o ataque do capitalismo financeiro e do estado fascista às alternativas e liberdade em Moçambique, são todos parte de um conjunto – capitalismo financeiro monopolista e globalizado tentando forçar os cidadãos a pagar pela crise global de acumulação e resistindo aos desafios e tendências para a mudança. Vamos juntos lutar e ganhar a batalha. Nós apenas podemos ganhar.” (tradução dos autores)

(Castel-Branco, Junho 2015²).

² Este trecho foi extraído de uma carta de solidariedade de Castel-Branco que circulou em in Junho de 2015 para amigos e colegas. O efeito desta carta é um peso sobre o seu autor e dois jornalistas

Desenho Metodológico

A maior parte da pesquisa no distrito de Inhassunge foi realizada por uma equipe de oito pesquisadores, envolvendo pesquisadores da Universidade Católica de Moçambique (UCM). Antes do trabalho de campo, o tema de pesquisa e metodologia foram introduzidos durante um seminário de uma semana na Faculdade de Ciências Sociais e Política da Universidade Católica de Moçambique (em Quelimane) e os pesquisadores foram treinados em técnicas de entrevista.

Foram fornecidos guias de entrevista intensivas e outro material exploratório sobre a pesquisa qualitativa. As questões de investigação abertas e geradores foram testados antes de ir para o campo. A participação activa de pesquisadores da UCM, bem como a sua participação durante a codificação e análise de entrevistas permitiu que a triangulação pudesse trazer um valor acrescentado real ao processo de investigação.

A pesquisa envolveu 82 Membros da comunidade do distrito de Inhassunge, de entre entrevistas individuais e grupos focais. Houve sete grupos focais, sendo que cada grupo focal era constituído por 7 a 10 pessoas.

Para ser seleccionado o distrito de Inhassunge como local de pesquisa, decorreu antes um seminário sobre a sociedade civil na cidade de Quelimane, onde foi identificado um problema comum, nomeadamente violência contra mulheres de terceira idade acusadas de feitiçaria, com intervenção de vários actores da sociedade civil. Com base nas discussões e orientação pelo 'theoretical sampling'³, foram identificados participantes para a pesquisa (influentes, membros das associações, agentes económicos, camponeses, vítimas de violência acusadas de feitiçaria, religiosos, camponeses acusados de prática de violência).

Para a recolha de dados elaboramos e aplicamos um guião de entrevistas composto por 24 perguntas abertas, com o objectivo de dar maior liberdade aos entrevistados nas respostas as questões com relação ao assunto em estudo. A observação directa também foi usada neste estudo como técnica de recolha de dados para verificar a dinâmica do quotidiano dos

moçambicanos cujo julgamento se esperava iniciar em Agosto de 2015. Castel-Branco foi acusado de crimes contra segurança do estado por difamação do então presidente de Moçambique. Os dois jornalistas, Mbanze e Veloso, editores de MediaFax e Canal de Moçambique, dois jornais independentes que publicaram o que Castel- Branco postou no Facebook , foram acusados de abuso de liberdade de expressão.

³ De acordo com Kathy Charmaz (2014, p. 15) 'Theoretical sampling' e o seguinte:

"Usar dados indutivos para construir categorias abstractas analíticas através de um processo interactivo e diferente de pôr em ordem tópicos como é a prática nas abordagens gerais da investigação qualitativa." (tradução dos autores)

entrevistados e compara-la com as respostas dadas durante as entrevistas. Os dados dessas observações eram registados diariamente através dos *memos*⁴.

As respostas das entrevistas foram codificadas com base em fragmentos frásicos dos entrevistados, e em função dos códigos foram criadas as categorias, assim como recomenda a pesquisa em 'Grounded Theory'.

Para validação dos dados das entrevistas e dos memos analíticos, os fragmentos frásicos serviram para cruzar as informações, e os códigos mais relevantes para o tema da pesquisa (muitas das vezes estes também foram repetidos com maior frequência) foram transformados em categorias.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Depois de muitas discussões no grupo de pesquisa e a análise das entrevistas e o cruzamento de informações, chegou-se a um estágio a que chamamos estágio de saturação. Nesse estágio começamos a centrar-nos nas informações mais relevantes e muitas das vezes, mais repetidas e através dos fragmentos frásicos encontramos vários códigos.

Em funções dos códigos encontrados, fomos agrupando os códigos em categoria como se pode ver na tabela abaixo:

SOCIEDADE CIVIL		
REALIDADE	TEORIA	SENTIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Sociedade Civil (SC) = Sociedade Religiosa; - Desejo para Harmonia + Paz; - Colaboração igreja + governo; - Mudança de Comportamento; - Igreja deve ser em frente de Direitos Humanos; - Necessidade de Mobilização; - Sem possibilidade de colocação de problemas; - Religião apolítica; - Grito de Socorro; - Inoperante Solidarietà. 	<ul style="list-style-type: none"> - SC = líderes comunitários, líderes religiosos, régulos, associações; - Assume seu papel; - Apoia a Justiça local; - Confronta os problemas; - SC = todos aqueles que trabalham; - Cidadania local; - Estrutura organizada; - Liderança e sucessão. 	<ul style="list-style-type: none"> - SC = comunidade em geral (todos nós); - ONGs não fazem parte; - SC no escuro / violação; - Não há actores fora do governo; - Régulo sem cooperação; - Ausência do sentido de cidadania.

Fonte: Elaborado pelos autores

Quando os nossos entrevistados foram questionados se já tinham uma noção acerca de sociedade civil, a maioria deles afirmou que já ouviu a dizer. Na óptica dos entrevistados a sociedade civil é:

⁴ Memo e um texto narrativo que documenta a auto-reflexão sobre os dados colheitas. Não se trata de um sumário mas sim, da interpretação e compreensão dos dados. Cada memo precisa de título e da data. Trata-se de um primeiro próprio relatório da análise dos dados.

“... grupo de expressão livre, de comunhão mútua e tem uma ajuda que as pessoas possam viver livre, em harmonia. Sociedade civil não tem separação.”

“São aqueles que resolvem os problemas da zona.”

“... são os activistas”

“Sociedade civil!... Sempre tem sido um encontro para fazer um debate e informar as pessoas que queremos assim, assim e organizadamente, e sair uma conclusão. Assim informação sai daí para o público que está naquela área. No nosso bairro não queremos isso e isso...”

Questionados sobre a composição da Sociedade civil, os entrevistados afirmaram que fazem parte da sociedade civil todos os membros da comunidades e a pesar destes membros se reunirem regularmente estes problemas não são canalizados as instâncias superiores e nem são resolvidos, como relatam os fragmentos frásicos seguintes:

“... os da localidade, da igreja, mais velhos de idade têm estado, os grandes do governo têm estado.”

“Não são levados, se estivessem a levar, estaríamos a ouvir pela rádio de que na zona X as pessoas se tinham reunido e discutiram isso e aquilo. Não levam para a rádio, por que estaríamos a ouvir.”

Questionados se os membros dos partidos políticos fazem ou não parte da sociedade civil, os entrevistados afirmavam que podem sim fazer parte, mas não podem ser membros activos da sociedade civil porque podem correr o risco de defenderem interesses particulares partidárias e não do povo em geral, como sustentam os fragmentos frásicos seguintes:

“Faz, mas não pode ser activo. O governo é que deve conhecer a sociedade civil. Por exemplo houve uma sociedade civil, ANAI⁵, mas quando se investiga não são civis porque são professores, são funcionários e professores nunca são civis.”

“Os civis são aqueles que não pertencem a nenhum partido.”

“Os membros duma igreja, civis também entram.”

Ainda a respeito da participação da população nos processos de desenvolvimento do distrito, e na resolução dos problemas práticos da comunidade os entrevistados dizem que o governo pouco ou nada⁶ tem feito para resolver os diferentes problemas das populações, quando resolve vem a exclusão, dando apenas oportunidades de progressão exclusivamente àqueles que são membros da FRELIMO, como mostra o fragmento frásico abaixo:

⁵ ANAI: Associação dos Naturais e Amigos de Inhassunge

⁶ A ausência dos serviços básicos e do estado em geral foi problematizado em vários entrevistas

“Existe sim. Por exemplo, eu sou da FRELIMO, mas eu não sou de nenhum partido. Se estivesse aqui o Administrador, proibir os da RENAMO a não ocuparem a sua casa.”

“Eu por exemplo já me acusaram de que era da RENAMO, mas depois comprovaram que não era de ninguém. Eu não sou de nenhum partido, entretanto se fosse da RENAMO, aqui ninguém entraria. Eu atendo a todos. Mas também não devia ser assim, deviam ser amigos.”

“A sociedade não deve ser assim. Temos que converter, não é assim? Se alguém é muçulmano e cristão, devemos converter o muçulmano a ser cristão. Não é assim que tem ser? Mas aqui não é assim, mas não pode ser.”

O questionamento da Participação Comunitária e Conselhos Consultivos em Inhassunge

Outra realidade encontrada e mencionada durante a nossa pesquisa em Inhassunge são os conselhos consultivos. Os conselhos consultivos, que também são Órgãos do Poder Local e Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC's), visam concretizar políticas de desconcentração e descentralização que regulam as formas de participação comunitária nos processos de tomadas de decisões e procurar assegurar a intervenção da comunidade na identificação de problemas que afectam a comunidade e definição de acções na resolução de tais problemas. Assim sendo, a falta de clareza da definição de princípios de autonomia, sobre os contextos em que o poder local se exerce e, a articulação entre instituições públicas e instâncias comunitárias pode levar ao estado a deter o controlo dos conselhos consultivos como é o caso dos distritos.

No distrito de Inhassunge, existem Conselhos Consultivos de Povoação compostos por 10 membros, Conselhos Consultivos de Localidade composto por 40 membros e Conselho Consultivo Distrital composto por 50 membros. Em cada conselho, o presidente é a autoridade local reconhecida pelo Estado. Sendo que no distrito, quem preside é o próprio administrador, na localidade é o chefe da localidade e nas povoações é o líder do primeiro escalão.

O Conselho Consultivo é constituído por 2 vogais que são indicados e de confiança do presidente, um secretário que geralmente é um funcionário do gabinete do administrador, 30% dos membros é constituído por mulheres, 20% constituídos por jovens, 1/3 constituído por funcionários do estado, 2/3 autoridade local que são os líderes comunitários, 1 agente económico, 1 membro da AMETRAMO e 1 influente na comunidade (a todos os níveis).

O conselho consultivo reúne-se duas vezes por ano de forma ordinária, onde na primeira secção apreciam o cumprimento de plano estratégico do ano anterior e aprovam o plano estratégico de desenvolvimento que se vai implementar no distrito. Nas suas sessões, o conselho consultivo também aprecia os projectos de pedidos de financiamento de mutuários, estando na responsabilidade do conselho consultivo aprovar os projectos que reúnem requisitos e quem podem se beneficiar dos fundos de iniciativa de desenvolvimento local (Fundos de Desenvolvimento Distrital, vulgo 7 milhões).

As falas que se seguem de cidadãos do distrito de Inhassunge reflectem um sentimento da centralização e falta de legitimidade popular dos que estão mais perto do poder e da tomada de decisão dos diferentes processos do desenvolvimento local.

“... nós não podemos fazer nada. Cabe ao próprio governo porque as grandes preocupações que as populações apontam quem regista é o Governo. Mas a população pode falar mas não ouvem...”.

“... porque é que aquele dinheiro do FILL do combate a pobreza se escolhe entre os membros [da Frelimo] enquanto todos que está em Moçambique são cidadãos moçambicanos? Mas dizem que é para acabar com a pobreza! Os que estão pobres continuam cada vez mais pobres. Os que são da oposição não tem direito a este dinheiro. Dizem querem desenvolver Moçambique, desenvolve-se assim mesmo escolhendo?...”

Refira-se que os mecanismos que ditam a formação, composição e funcionamento dos Conselhos Consultivos em Inhassunge, criam condições objectivas para o descontentamento generalizado da população; e analisando estes depoimentos de cidadãos entrevistados no distrito de Inhassunge, pode-se afirmar que os conselhos consultivos não são e nem foram legitimados pelo povo, estando apenas a funcionar para legitimar o governo e reforçar cada vez mais as bases do partido no poder. Forquilha (2008) estudou as dinâmicas entre o governo central, governos locais e poderes comunitários e conclui o seguinte:

“No caso específico de Moçambique, o facto de prevalecer um Estado de cariz centralizado leva à inserção de certas práticas e valores que centralizam nas figuras da administração pública local (a nível do distrito e do posto administrativo) uma série de prerrogativas previstas na lei, que marginalizam o poder local, particularmente das comunidades.”

(Forquilha, 2008)

Esta tendência de centralização, no distrito de Inhasunge induz a uma prática em que as consultas comunitárias feitas levam sempre tendências partidárias com enfoque a um desequilíbrio em que sempre o partido (FRELIMO) e os seus membros, levam vantagem e se beneficiam de forma exclusiva dos diferentes recursos existente ao nível distrital. No epicentro deste debate prevalece a percepção de que o empoderamento dos diferentes estratos sociais da comunidade e a planificação participativa como componentes do processo de governação garantem a descentralização e são a condição de responsabilização das instituições públicas garantidos através do envolvimento de diversos atores (individuais e colectivos) na fase de criação de políticas públicas e prioridades de desenvolvimento, promovendo deste modo a transparência na gestão do bem público.

Sobretudo o nosso caso de estudo no distrito de Inhassunge mostrou que a falta do sentido da cidadania que muitas pessoas expressaram durante as entrevistas resulta na fraca demanda para uma participação efectiva em fóruns da participação comunitária como é o caso dos conselhos consultivos. Concluimos que o nível do medo articulado durante a

pesquisa no distrito junto com as várias desconstruções das estruturas representativas durante as várias etapas do país resulta em várias crises da governação local. Estas crises, até agora não foram ultrapassadas com processos puramente técnicos da participação que muitas das vezes não tem em consideração os desequilíbrios históricos e actuais dos poderes locais conforme explicado em cima.

O que Osaghae (2003) chama de ‘dialectical bifurcation’ (bifurcação dialéctica) do público primordial e público cívico em África poderia explicar parte desta crise de governação e representação no nível local em Inhassunge. O público cívico inclui os conselhos consultivos enquanto o público primordial fica na vida familiar, na vizinhança e solidariedade comunitária. A divisão destes dois públicos constitui hoje a distância entre o estado e o povo mas também a crise e a luta sobre o tipo da governação local que as pessoas desejam ou precisam para resolver os imensos problemas do seu quotidiano.

Considerações finais

O significado mais comum da sociedade civil referido no distrito de Inhassunge foi de uma forma muito geral. Segundo a maioria dos entrevistados, os actores da sociedade civil inclui todas as pessoas que vivem no bairro, basicamente, a comunidade em geral. Além de um número limitado de pessoas que trabalham com os serviços governamentais, a maioria das pessoas tende a referir-se a sociedade civil como um conceito geral. Essas pessoas podem simplesmente não ter sido exposto muito a definição ocidental da sociedade civil. Quando perguntadas sobre ONGs duas pessoas mencionaram que as ONGs estavam a trabalhar com a sociedade civil, que poderia ser interpretado como ONGs não necessariamente fazer parte da sociedade civil para eles, mas sim, de trabalhar com ele, do lado de fora. Ao tentar compreender o conceito de sociedade civil local, um pouco mais, uma pessoa mencionou que os direitos políticos e sociais das comunidades estão a ser violados e que, como resultado de pessoas vivem na escuridão.

É neste contexto que a magia negra e a acusação da feiticeira, o problema de Inhassunge colocado pela sociedade civil em Quelimane, pode realmente evoluir o seu pleno potencial? É essa a razão por que, para além das igrejas, não há organizações mais institucionalizadas ou organizados comunitários que operam nas Inhassunge? O nível vivido e expresso da opressão ligada à falta de liberdade de reunião foram interpretados por alguns entrevistados como responsáveis por motivar os membros da comunidade a entrar em contacto com os curandeiros tradicionais⁷, e com base em conselhos recebidos, se envolvem em crime até homicídio contra os membros da sua própria família, em todos os casos do sexo feminino.

O que precisa ser fortemente sublinhado é a influência das instituições religiosas na sociedade e sociedade civil como um conceito localizado. Se as pessoas não se relacionam com a sociedade civil como toda a comunidade as únicas formas de organização não

⁷ Os curandeiros tradicionais podem ocupar duas funções: Curar doenças através da medicina tradicional e/ou feiticeira incluindo a magia negra.

conhecida como governo eram associações religiosas. Os membros da RENAMO indicam associações religiosas como os principais actores da sociedade civil, mas, ao mesmo tempo, veem-na dentro da moldura de e colaborando com o governo. A maioria das pessoas entrevistadas viu o papel das associações religiosas relacionadas com a construção da harmonia e da paz, bem como orações, enquanto o governo para a maioria das pessoas foi o quadro em que viviam, um quadro, que não era possível escapar, em que as pessoas, que não são membros do Partido FRELIMO, foram experimentando exclusão de serviços básicos e de acesso aos seus direitos de cidadania.

Recentemente, numa mesa redonda com conselheiros, ligados a nossa pesquisa desde Agosto 2014, foram discutidos os resultados preliminares do caso de estudo de Inhassunge em Maputo. Um participante de uma ONG Moçambicana conclui:

“Na verdade precisamos de aprofundar o conceito (da sociedade civil) e procurar a base da hierarquização da sociedade civil de forma global. No que tange ao conceito cidadão, tem tido um tratamento diferenciado por motivos de uma governação excludente em relação às camadas socialmente e economicamente carenciadas principalmente nas zonas rural onde observa-se uma ausência dos serviços básicos para as populações.”

O debate que nos queremos abrir é claramente criado na base de uma sociedade civil contestante e contraditória no contexto de um país em desenvolvimento. Sociedade civil não é um remédio e temos de ocupar-nos muito mais com os aspectos ‘incivis’ da sociedade civil. Isto é um debate com implicações profundas para a teoria e a prática da ‘boa governação’ e o desenvolvimento de uma democracia activa que é inclusiva, participativa e responsável. Isto requer uma compreensão realista e apropriada a realidade de Moçambique e não apenas desejos e bons pensamentos.

Referências Bibliográficas

Adam, Y. (1997). ‘Messias moderno procura novos Lázarus: ONG’s em Moçambique’ in D Sogge (ed) Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil. Amsterdam, GOM: mimeo.

Buttigieg, J. (1995). “Gramsci on Civil Society” *Boundary, Z*, 22:3, pp 1-32.

Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains, In *Review of African Political Economy*, 41.

Chandhoke, N. (2005). “How Global is Global Civil Society” *Journal of World-Systems Research XI*, 2, pp355 – 371.

Chandhoke, N. (2000). *Concepts of Civil Society*, Oxford University Press Indian Branch.

Charmaz, K. (2014): *Constructing Grounded Theory*, 2nd edition.

Forquilha, S. (2008). *Mecanismos de Participação Comunitária no Contexto da Governação Local em Moçambique. Actores, Oportunidades e Desafios do Processo de Criação das IPPCC's*. Maputo: Cooperação Suíça.

Gabay, C and Death, C. (2014). *Critical Perspectives on African Politics – Liberal Interventions, state-building and civil society*. Routledge.

Gramsci, A. (2011) *Prison Notebooks, Vol 1-3*, New York: Columbia University Press.

Habermas, Juergen (1984). *The theory of communicative action, Vol. 1: Reason and the rationalization of society* (trans: McCarthy, T.), Boston: Beacon.

Habermas, J. (2013). *Questions and Counterquestions*, in *Critical Theory: A reader*, published 2013 by Routledge.

Hanlon, J. and Norfolk, S. (2012): *Confrontation between peasant producers and Investors in Northern Zambezia, Mozambique, in context of profit pressures on European Investors*, paper prepared for presentation at the 'Annual World Bank Conference on Land and Poverty', The World Bank, Washington DC, April 23 – 26, 2012.

Hearn, J. (2001). *The 'Uses and 'Abuses' of Civil Society in Africa*, *Review of African Political Economy* No. 87:43-53.

Kasfir, N (1998). *Civil Society and Democracy in Africa – Critical Perspectives*. Taylor & Francis.

Kleibl, T; Ilal A and Munck R. (2014). *Interrogando a Sociedade Civil – uma perspectiva de Moçambique*, Development Studies Association Ireland (DSAI), Discussion Paper.

Macuane J.; Mugalla G.; Langa L. and Sibia M. (2013). *Zambézia Political Context Analysis for the Design of IBIS Governance Thematic Program*, unpublished (working paper).

Muchie, M. (2002). *'A Critique of Civil Society Discourse and Good Governance in Africa'*, EADI: mimeo.

Munck, R. (2004). *"Global Civil Society: Myths and Prospects"* in R. Taylor (ed).

Neocosmos, M. (2009). *"Civil society, citizenship and the politics of the (im) possible: rethinking militancy in Africa today"*, *Interface* 1(2), pp 263-334.

Osaghae, E. E. (2003): *Colonialism and Civil Society in Africa: The Perspectives of Ekeh's two publics*. Paper presented at the Symposium on Canonical Works and Continuing Innovation in Africa Arts and Humanities, Accra, Ghana, 17 – 19 September 2003.

Weiss, T (2000). *"Governance, good governance and global governance: conceptual and actual challenges"*, *Third World Quarterly*, 21:5, pp 795-814.

Zinecker, H. (2011). "Civil Society in Developing Countries – Conceptual Considerations", *Journal of Conflictology*, Volume 2, Issue 1, pp 1-3.